

## O TEATRO DO OPRIMIDO COMO MEDIADOR NAS DISCUSSÕES DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CAMPO EDUCACIONAL

Ericka Katharyne Rêgo da Silva<sup>1</sup>  
Walber Martins Bandeira<sup>2</sup>  
Áurea Augusta Rodrigues da Mata<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar as atividades e estudos realizados através do projeto de extensão "Educação para não violência e para os direitos", que é vinculado ao Diversas, que consiste em um grupo de estudos, extensão e pesquisa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. O projeto se insere na temática de educação, propondo-se a viabilizar estratégias com perspectivas de contribuir para a erradicação de todas as formas de violência contra meninas e mulheres, assim como para o empoderamento das mesmas e a erradicação da violência contra a população LGBTQIAPN+. Visando de forma político-pedagógica desenvolver intervenções que ressignifique estigmas, disseminando a cultura do respeito às diferenças e de convivência democrática nos espaços de âmbito educacional. Elaborando ações na perspectiva de valorização da vida, que evidenciam a necessidade da quebra de preconceitos que estão intrínsecos na sociedade. Utilizando como metodologia o Teatro do Oprimido e suas modalidades, relatando o aprendizado desenvolvido no projeto, por meio de oficinas, eventos, elaboração de material educativo e produção de artigos científicos. Possibilitando as e aos discentes participantes uma formação acadêmica, profissional e humana, que dialogue com as temáticas e estimule assim, uma formação crítica e responsável. Bem como, ampliando esse alcance para com as pessoas participantes das ações e atividades desenvolvidas pelo projeto.

**Palavras-chave:** Educação para não violência, Direitos Humanos, Diversidade sexual, Teatro do Oprimido, Equidade de gênero.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito apresentar as atividades e estudos realizados através do projeto de extensão "Educação para não violência e para os direitos", que é vinculado ao Diversas, que consiste em um grupo de estudos, extensão e pesquisa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Provocar o debate sobre o respeito às diferenças e diversidades consiste em um dos objetivos do projeto, pois visa promover uma convivência democrática na comunidade acadêmica e na sociedade, atrelado à perspectiva dos direitos humanos. Ajudando na construção do enfrentamento à violência de gênero e da população LGBTQIAPN+ de forma político-

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, ericka.rego@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Teatro da Universidade Federal da Paraíba, walber.martins2@academico.ufpb.br

<sup>3</sup> Orientadora – Doutora. Docente na Universidade Federal da Paraíba, aurea.augusta@academico.ufpb.br

pedagógica articulando ações na perspectiva de preservação da vida. O projeto se associa a discussão da igualdade de gênero e da educação de qualidade enquanto linhas de atuação alinhadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável (agenda 2030), por se propor a viabilizar estratégias com perspectivas de contribuir com estratégias para a erradicação de todas as formas de violência contra meninas e mulheres, assim como para o empoderamento das mesmas, bem como, se propõe contribuir para garantia de que a educação seja viável para todas e todos, sem discriminação de gênero, raça/etnia, classe e de geração.

O mesmo teve duração de um ano (01 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023) e suas ações conciliaram momentos de estudo, planejamento e vivências de oficinas, produção de intervenções artísticas, produção de artigos e relatos de experiência para publicação e participação em eventos acadêmicos. Organizamos e participamos de eventos, como por exemplo: o I Encontro de Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: Incluindo múltiplas vozes, realizado na UFPB em dezembro de 2022, em que os trabalhos apresentados durante o evento compuseram os capítulos de um e-book<sup>4</sup>, que teve como título o mesmo nome do evento, seu lançamento ocorreu no primeiro semestre de 2023. Participamos, também, da organização e efetivação do II Encontro de Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: diálogos entre conhecimentos, ações e ideais, realizado na Universidade Federal de Campina Grande em junho de 2023. O projeto estabelece parcerias internas com o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM.

Importante ressaltarmos que para as intervenções artísticas, utilizamos do Teatro do Oprimido de Augusto Boal (2009) como mediador para abordarmos as questões relacionadas à gênero, sexualidade, violências contra a comunidade LGBTGIAPN+ e contra as mulheres, tendo o fazer teatral como um espaço lúdico-pedagógico de intervenção política e transformação social e, por que não dizer, de combate às formas de violências. Não podemos deixar de considerar que as questões e os significados atribuídos às problemáticas de gênero e sexualidade tem interseccionalidade com outros marcadores como: raça/etnia, orientação sexual e classe.

## **DIALOGANDO SOBRE VIOLÊNCIAS**

De acordo com o Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021, p. 36), foram 3.737 casos de

---

<sup>4</sup> Nosso trabalho intitulado “EDUCAÇÃO PARA NÃO VIOLÊNCIA E PARA OS DIREITOS: a intencionalidade da temática de gênero e sexualidade” compõe o e-book “Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: incluindo múltiplas vozes”. Publicado pela Editora CRV em 2023.

violência registrados no ano de 2019, esse número equivale a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil. Em relação à violência contra a população LGBTQIAPN+, Oliveira e Mott (2020, p. 13) aponta que “Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento”. De acordo com as análises do Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021), a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil é um fenômeno histórico pelo fato de continuar liderando o ranking dos países que mais matam LGBTQs+. O Grupo Gay da Bahia (GGB), fez um levantamento que ao menos 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta em 2022. Sendo o país que mais mata LGBTQs+ no mundo e o quinto no ranking de feminicídio.

A violência acontece de diversas formas e intensidades, a de gênero é recorrente e está presente tanto nos espaços públicos quanto privados, encontrando nos assassinatos a sua expressão mais grave e evidente. Mas existem outras formas de violência que acompanham a violência fatal, que são: violência patrimonial, violência psicológica, violência sexual, violência moral, violência física; esses tipos de violências estão instituídos na Lei Maria da Penha n. 11.340/2006 no capítulo II, art. 7º. Ressaltamos que abordamos esses tipos de violências em uma das oficinas realizada pelo projeto, a qual tinha como temática a violência contra as mulheres. Não podemos perder de vista que uma das formas da violência operar e ser impulsionada é a defesa intransigente de um modelo heteronormativo de vivenciar as questões de gênero e sexualidade, que silencia e apaga as diversidades de identidade de gênero e sexual.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (Petry; Meyer, 2011, p.195).

A sociedade de forma geral, estabelece estereótipos e estigmas que marcam LGBTQIAPN+ como agentes desviantes, de contaminação e degeneração e, busca legitimar esses estereótipos recorrendo a discursos morais, sociais, biológicos, religiosos e médicos, reforçados por uma dimensão heteronormativa, patriarcal, machista e dicotômica que atribui valor positivo para determinados corpos e não para todas as pessoas, gerando cada vez mais violências.

Na dimensão corporal, a violência se materializa na forma de abandono, estupros “corretivos”, assassinatos e espancamentos. Ainda que diferentes, as violências corporais e simbólicas se sobrepõem, visando aniquilação, apagamento e silenciamento de sexualidades e expressões de gênero dissidentes do modelo único cis hétero historicamente imposto no Brasil [...] (IPEA, 2021, p. 58).

O padrão e lógica heteronormativa não consiste em um processo natural e sim, culturalmente imposto. A cultura e a sociedade na qual vivemos interfere profundamente nas características com as quais passamos a nos identificar. Como Butler (2003) já explicava na Teoria da Performatividade de Gênero, ao nascer homem ou mulher o nosso comportamento não é determinado, aprendemos a nos comportar de maneira específica para sermos aceitos na sociedade e nos encaixarmos nos estereótipos definidos por ela. Existem diversas identidades de gênero em nossa sociedade e elas são culturais, ou seja, elas não são inatas, naturais ou determinadas por algum fator genético. Segundo Louro (2010) existem diversas orientações sexuais e identidades de gênero com as quais uma pessoa pode vir a se identificar. Nesse processo de identificação não existe apenas um fator ou ator social que influencia as pessoas; o processo de identificação é muitas vezes difícil, principalmente se for questionado ou julgado. Por isso, qualquer identidade e orientação deve ser considerada legítima e deve ser respeitada.

Na perspectiva educacional, os dispositivos legais voltados para educação apresentam questões relacionadas ao respeito e a garantia das diversidades desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 que tinha como um dos princípios da educação o “respeito à liberdade e o apreço à tolerância” (Brasil, 1996) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012), que tem como princípios a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e a valorização das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental. As violências causadas pela intolerância, geram exclusão, bullying, abandono e evasão no âmbito educacional, sendo fundamental que a educação desempenhe e exerça o seu papel para a propagação do respeito às diferenças e combate a violências.

## **CAMINHOS TRILHADOS**

Nos debruçamos, nos momentos de estudos, nas leituras e debates sobre os conteúdos produzidos, dentre diversas autoras e autores, pelas autoras Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (1997). As referidas autoras questionam as normas de gênero e sexualidade impostas por uma sociedade heteronormativa, que alimenta, produz e reproduz violências.

A “nomeação” do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Wittig, “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós... ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais” (Butler, 2003, p. 168).

Atrelando essas questões ao Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal na década de 80, que tem como base uma perspectiva Freiriana, com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987), que visa abordar como assuntos, pautas sociais necessárias, tendo o intuito de possibilitar as pessoas participantes alcançar o pensamento crítico, entendendo a sua real função e condição social, para que assim possa compreender a importância de lutar por melhores condições e por transformação social. Partindo dessa perspectiva, elaboramos intervenções artísticas com o método do Teatro do Oprimido, na qual utilizamos das suas modalidades, tais quais: Teatro Fórum e Teatro Invisível.

Desenvolvemos as cenas a partir das temáticas abordadas durante os momentos de estudos (LGBTfobia, afetividades, masculinidade tóxica, machismo e violências), em que um dos extensionistas envolvidos exerce a função do curinga, personagem que atua congelando/parando a cena em um momento da encenação que reproduz uma situação de opressão, para que as/os espectadoras/es possam se propor a intervir na cena, ocupando o lugar dos opressores ou dos oprimidos.

Central neste tipo de teatro é a função do curinga que, para Boal, busca trazer os espectadores para dentro da discussão da peça em questão. O que se busca é dar voz para o espectador, permitindo que situações vistas como pessoais possam ser aprofundadas e generalizadas, de forma a que aspectos políticos possam ser nelas identificados. Desta forma, acredita-se poder contribuir para a transformação da sociedade (Nogueira; Velloso, 2018, p. 97).

O método do Teatro do Oprimido questiona as estruturas de poder estabelecidas na sociedade e visa conscientizar os povos que socialmente estão sendo oprimidos, por isso a escolha para utilizá-lo como uma das metodologias de ação do projeto. Sobre as intervenções artísticas desenvolvidas, o enredo da cena a princípio pode parecer simples, mas são questões que ainda são tabus na nossa sociedade e, conseqüentemente no ambiente educacional, por isso a sua escolha. O objetivo essencial do Teatro Fórum e do Teatro Invisível não é a encenação em si, mas sim, a partir do enredo, gerar um debate/diálogo/reflexão, tendo em vista essa premissa, o objetivo foi cumprido, pois a partir do momento que o curinga encerrava as

intervenções, passávamos a essa segunda etapa, dialogar sobre a cena em questão, e as sensações que foram suscitadas por cada participante, seja as atrizes e os atores e/ou público.

No evento acadêmico "I Encontro de Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: Incluindo múltiplas vozes", já citado anteriormente, realizamos uma intervenção artística que teve como foco central abordar sobre performatividade de gênero e afetividades. Abordamos questões como masculinidade tóxica, que é construída por uma sociedade machista e patriarcal, que implica na forma como você performa o gênero, relaciona-se e nas afetividades, em que o grupo hegemônico dita um comportamento heteronormativo.

A cena proposta era composta por um casal gay, em que eles demonstravam afeto em público e sofriam homofobia por parte de um homem hétero presente na cena, o agressor estava acompanhado por uma amiga e a mesma se portou conivente com a situação, não esboçando nenhuma reação. A cena é congelada pelo curinga após a violência ocorrer e ele questiona se alguma pessoa do público deseja intervir na cena. Na primeira rodada um professor se prontificou para ser um dos homens que sofria a agressão. Em seu relato, após dizer para o público que é um homem gay, disse ser quase impossível se imaginar demonstrando afeto em público para um namorado, pois o medo era devastador. Na segunda rodada, uma espectadora assumiu o lugar da amiga do agressor, na cena ela repreendeu o amigo questionando suas atitudes como "Caso fosse um casal hétero, você agiria desta forma?". Importante ressaltarmos que ninguém quis ocupar o lugar do agressor.

Na sequência, realizamos uma roda de conversa para debatermos sobre as questões levantadas, um dos pontos abordados foi a necessidade de denunciarmos os crimes de LGBTQIAPN+fobia e que esses se enquadram na Lei n. 7.716/1989 e no art. 140 do Código Penal. A denúncia e a intervenção nesses casos são importantes para não sermos coniventes com essas agressões, promovendo a manutenção dessa lógica excludente e desrespeitosa. Com a intervenção artística experienciada no evento, tanto para quem assistiu, como para quem participou, pudemos debater, também, a partir da desconstrução de estigmas e comportamentos que são naturalizados, mas que consistem em violências.

A partir dos estudos realizados e das temáticas levantadas, organizamos duas oficinas que ocorreram em parceria com o projeto QVida+, que aborda a qualidade de vida da comunidade LGBTQIAPN+, o mesmo é desenvolvido em uma faculdade particular localizada em João Pessoa/PB. Na primeira oficina, participaram discentes de diversos cursos, tais como: psicologia, ciências da computação, administração, pedagogia e serviço social. Começamos apresentando o trabalho que vem sendo realizado no projeto e no que consiste sua abordagem. Após a apresentação, utilizamos como recurso didático o biscoito de gênero, que é a imagem

de um biscoito em formato de corpo humano, tendo o intuito de abordar de forma didática-pedagógica os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico e expressão de gênero.

Nesta mesma oficina utilizamos de jogos teatrais para abordar as críticas feitas à dicotomia de gênero imposta na sociedade, que implica, por exemplo, na forma como percebemos as profissões, como se elas estivessem e seguissem uma lógica de gênero que implica em desvalorização e desigualdade social. Uma reafirmação que trabalhos considerados de baixa qualificação fossem direcionados para mulheres ou se ocupassem o mesmo cargo, não teriam direito a igualdade salarial. Esse debate suscitou muitos questionamentos, contudo, no processo de socialização das ideias, ficou compreendido que esses pensamentos do “senso comum” advêm de um contexto político-sócio-histórico advindo de uma sociedade patriarcal, consistindo em uma concepção construída e impulsionada pelo machismo existente.

Depois usamos o método teatral do Teatro do Oprimido (Boal, 2009) e uma de suas modalidades que foi o Teatro Fórum. As cenas das intervenções aconteceram a partir de notícias que envolviam violências sofridas pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIAPN+, dividimos as/os discentes participantes em dois grandes grupos. Uma das notícias envolvia violência contra uma pessoa trans, e uma das participantes envolvidas na cena é uma mulher trans. Na encenação ela ocupou o papel do agressor, contudo, quando iniciamos ela não conseguiu dar continuidade no papel por não se sentir bem proferindo falas discriminatórias, mesmo sendo uma encenação. Relatou para as pessoas participantes que estava se sentindo impactada por sofre cotidianamente esse tipo de situação. Mudamos ela de personagem e a cena aconteceu, o que gerou muitos debates na turma.

Como desdobramento das duas oficinas, realizamos na praça de alimentação da faculdade, no dia 28 de maio de 2023, uma intervenção artística usando a modalidade do “Teatro Invisível”, que consiste em apresentar uma encenação teatral sem que o público presente saiba que é uma encenação. A cena consistia em um casal hétero que discutia e a mulher sofria violência moral e patrimonial. Mesmo com toda situação, as pessoas visivelmente incomodadas, não interferiram para ajudar a vítima. Após a cena ter sido concluída, fomos até algumas mesas para questionar as pessoas o porquê de elas não terem ajudado a mulher que estava sofrendo violência. As respostas foram as mais variadas, destacamos algumas aqui: “Eu só iria interferir, se ele pegasse no braço dela”; “Não quero que sobre para mim”; e outras pessoas, na nossa perspectiva ainda foi pior, normalizaram a situação e relataram que não compreendiam a situação como violenta, já que não houve agressão física. Levantamos o debate que a lógica patriarcal, machista, sexista e misógina, é essa, do silenciamento, da submissão e

opressão de corpos, um gênero em detrimento de outro, mas que o combate é necessário, a denúncia pode ser anônima ao 180.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com esse projeto, tanto para as/os discentes da UFPB envolvidas/os como para a sociedade de forma geral que é atendida pelo projeto, a ampliação de capacidades como resolver problemas novos, comunicar ideias, tomar decisões no campo das temáticas da não violência e dos direitos, verificando elementos da contextualização, bem como, a construção coletiva de conhecimentos e a busca investigativa desses. Desta forma, ressaltamos a necessidade de projetos que abordem essas temáticas, e que mostrem o lugar que ocupamos e qual o nosso papel e dever para promover uma sociedade mais inclusiva. O projeto foi composto por estudos e realizações fundamentais para a formação da nossa consciência crítica-reflexiva, formação acadêmica e principalmente humana. Ser omissos é contribuir para a manutenção da desigualdade e perpetuação dessas violências, para além de não sermos machistas e LGBTQIAPN+fóbicos, precisa-se ser anti-machista e LGBTQIAPN+fóbicos, principalmente para quem ocupa um espaço de privilégio nesta sociedade. Com isso, toda a experiência obtida no decorrer do projeto de extensão, foi relevante para a construção de nossas habilidades e competências profissionais, ou seja, uma formação crítica e responsável.

## REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Garamond. Rio de Janeiro, 2009.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 de novembro de 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 179, ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

IPEA. **Atlas da violência 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em 18 de novembro de 2023.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. (orgs). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. Textos e contextos (Porto Alegre), [S. 1], v. 10, n. 1, p.193-198, 2011. Disponível:<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

POMPEO NOGUEIRA, M.; LAIZ V. VELLOSO, S. **Reflexões estéticas: um caminho para um novo curinga**. DAPesquisa, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 096-106, 2018. DOI: 10.5965/1808312907092012096.

RESOLUÇÃO CNE/CP1/ 2012. Estabelece **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em 18 de novembro de 2023.

SILVA, Ericka K. R. da; BANDEIRA, Walber M; MATA, Áurea A. R da. **EDUCAÇÃO PARA NÃO VIOLÊNCIA E PARA OS DIREITOS: a intencionalidade da temática de gênero e sexualidade**. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MATA, Áurea Augusta R. da; CARVALHO, Flávio José de (orgs). Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: incluindo múltiplas vozes. Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 109-120.